

ECLESIOLOGIA ECUMÊNICA – POSSIBILIDADES E LIMITES

ECUMENICAL ECCLESIOLOGY – POSSIBILITIES AND LIMITS

Rudolf von Sinner*

Resumo

O autor discorre sobre a possibilidade e os limites de uma eclesiologia ecumênica, considerando-a possível apenas se o ponto de partida for o sacramento do Batismo e não uma eclesiologia de cunho sacramental, baseada no Bispo consagrado na sucessão apostólica, como professam as Igrejas Católica e Ortodoxa. Ele inicia expondo a relação entre a compreensão da Igreja Evangélica como uma verdadeira Igreja e sua relação com o ecumenismo. A seguir, mostra que a Igreja Católica superou o exclusivismo eclesiológico ao adotar uma postura inclusiva. Também reconhece no Batismo o vínculo básico de unidade entre as Igrejas. Por fim, conclui expondo doze teses como elementos possíveis de uma eclesiologia ecumênica, a partir das quais seria possível propor uma “eclesiologia ecumênica”.

PALAVRAS-CHAVE: Eclesiologia ecumênica. Ecumenismo. Igreja. Igrejas.

Abstract

The author discusses the possibilities and limits of an ecumenical ecclesiology, considering it can only be possible if the starting point is the sacrament of Baptism and not a sacramental ecclesiology, based on the Bishop consecrated in the apostolic succession, as the Catholic and Orthodox Churches profess. He begins by exposing the relationship between understanding the Evangelical Church as a true church and its relation to ecumenism. Next, he shows that the Catholic Church, in adopting an inclusive attitude, overcame ecclesiological exclusiveness. He also recognizes in Baptism the basic bond of unity between the Churches. Finally, he concludes by displaying twelve theses as possible elements of an ecumenical ecclesiology, from which it would be possible to propose an “ecumenical ecclesiology.”

KEYWORDS: *Ecumenical ecclesiology. Ecumenism. Church. Churches.*

* Natural de Basileia/Suíça, doutor em teologia pela universidade da mesma cidade e livre-docente pela Universidade de Berna. É professor de Teologia Sistemática, Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso da Escola Superior de Teologia (EST) em São Leopoldo/RS e pró-reitor de pós-graduação e pesquisa da mesma instituição, bem como pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). É pesquisador bolsista do CNPq e, atualmente, *fellow* no Lichtenbergkolleg da Universidade de Göttingen (Alemanha). <Rudolf@est.cdu.br>.

Introdução

O tema proposto para o Seminário Bilateral deste ano é pertinente. Toca no ponto central da questão ecumênica: a autocompreensão das Igrejas em suas convergências e divergências. Pela sua natureza, esta comissão bilateral católico-romana e evangélico-luterana tem como enfoque as relações luterano-católicas, e sobre essa bilateralidade também vou me concentrar. Ao mesmo tempo, importa ressaltar que se insere numa discussão mais ampla. De forma tética, pode ser dito que as Igrejas reunidas no Conselho Mundial de Igrejas (CMI) – incluindo-se para fins deste artigo a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), apesar de não ser membro do Conselho¹ – convivem com eclesiologias não apenas divergentes, mas a rigor mutuamente excludentes.² Para que isso se torne possível, foi feita a decisão, ainda nos primórdios do Conselho, de que as igrejas-membro não serão obrigadas a renunciar ou reduzir sua própria concepção de igreja, e que o CMI, por sua vez, “não pode nem deve basear-se sobre qualquer concepção particular da Igreja”.³ Nos 62 anos de sua existência, o CMI não conseguiu sair deste impasse. Este fato, no entanto, não deve ofuscar a real aproximação e o crescimento de tentativas de compreensão mútua que tem havido, consagrada numa variedade de documentos de estudo e de acordos.⁴

1 Igreja e ecumenismo: duas faces da mesma moeda

Do ponto de vista luterano, importa ressaltar, de saída, que a definição da Igreja e do ecumenismo são como as duas faces da mesma

¹ A ICAR colabora em muitos aspectos com o CMI, enviando observadores e sendo membro pleno da Comissão de Fé e Ordem (com 12 representantes, desde 1968), além do Grupo de Trabalho Conjunto (Joint Working Group) entre o Pontifício Conselho pela Promoção da Unidade dos Cristãos e o CMI, mantido desde 1965.

² Tentei demonstrar isso em artigo anterior publicado nesta revista: SINNER, Rudolf von. O debate eclesiológico no Conselho Mundial de Igrejas. *Teocomunicação*, ano 36, n. 153, p. 599-621, 2006.

³ CMI – COMITÉ CENTRAL. The Church, the Churches and the World Council of Churches. In: KINNAMON, Michael; COPE, Brian E. (Eds.). *The Ecumenical Movement: An Anthology of Key Texts and Voices*. Genebra: CMI; Grand Rapids: Eerdmans, 1997, p. 465.

⁴ Ainda é um desiderato termos estes documentos completos em tradução para o português. Muitos são citados em WOLFF, Elias. *Caminhos do ecumenismo no Brasil: história – teologia – pastoral*. São Paulo: Paulus, 2002; ID. *A unidade da Igreja: ensaio de eclesiologia ecumênica*. São Paulo: Paulus, 2007.

moeda: O que define a igreja define o ecumenismo, e a Igreja não é Igreja apesar do ecumenismo, mas por meio dele. Vejamos o que reza a *Confissão de Augsburgo* (1530) em seu artigo 7º: “Ensina-se também que *sempre haverá e permanecerá uma única santa Igreja cristã*, que é a *congregação de todos os crentes*, entre os quais o *evangelho* é pregado puramente e os santos *sacramentos* são administrados de acordo com o evangelho”.⁵ Ou seja: a Igreja chamada de “luterana” não é uma invenção de Martin Luther (1483-1546), nem dos seus comparsas e seguidores como Philipp Melancthon (1497-1560) – de cuja pena saiu, em grande parte, a referida confissão –, mas entende-se como parte daquela grande corrente da Igreja “única”, “santa” e “cristã” desde os tempos dos apóstolos até hoje. De fato, Lutero não quis que se chamasse uma Igreja no nome dele, uma vez que ele seria apenas um “saco fedorento de vermes”. Os seguidores não cumpriram esta vontade, como bem sabemos e vemos.

Não se vê a igreja luterana, portanto, de forma alguma como Igreja nova, ou como rompimento com a Igreja una. Antes, entende restabelecer a verdadeira Igreja a partir de critérios que entende como evangélicos, ou seja, conforme o evangelho, quais sejam, a “pura” pregação deste evangelho e a administração dos sacramentos (batismo e santa ceia) de acordo com este mesmo evangelho. “Evangelho” aqui não se refere apenas ao gênero literário de evangelho, portanto aos quatro evangelhos canônicos, mas ao sentido original de boa nova frente à lei que mostra ao pecador seu verdadeiro estado, abrangendo tudo que Lutero considerava em sua chave hermenêutica central: “Was Christum treibet”, o que promove o Cristo. Conteúdo central deste evangelho é o Cristo, e com ele sua obra, a justificação por graça mediada pela fé, sendo em seu conjunto dádiva de Deus, recebida pelo ser humano “passivamente”, ou seja, sem qualquer mérito deste.⁶ A promessa de Deus é que cria a fé, e a fé por sua vez produz a caridade. Ou seja, as obras seguem a fé, que por sua vez é dádiva de Deus. Lutero até chamava a fé de primeira obra, mais uma vez ressaltando esta conexão.

A CA continua ressaltando que “[...] para a *verdadeira unidade* da Igreja cristã *é suficiente* [satis est] que o evangelho seja pregado

⁵ ACONFISSÃO DE AUGSBURGO. Edição Comemorativa 1530-2005. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Curitiba: Encontro, 2005. p. 7. Grifos meus.

⁶ Com direito, Hans-Martin Barth chama esta teologia de “terapêutica”. BARTH, Hans-Martin. A teologia de Martin Lutero num contexto global. *Estudos Teológicos* v. 47, n. 2, p. 123-144, 2007, p. 135.

unanimemente de acordo com a reta compreensão dele e os sacramentos sejam administrados em conformidade com a palavra de Deus”. Parece ser uma simples repetição, mas acrescenta algo novo, na medida em que fala explicitamente da “verdadeira unidade” da Igreja – o que comumente entendemos como ecumenismo – e diz *satis est*, é suficiente. Se os citados aspectos como *notae externae*, ou seja, marcos claramente reconhecíveis da Igreja visível, são necessários, essas notas externas também são suficientes.⁷ Isso não está em contradição com o número de quatro *notae* conforme o Credo Niceno (una, santa, católica e apostólica), nem com listas maiores que o próprio Lutero pôde apresentar.⁸ Tampouco exclui o ministério ordenado, que está implicado na pregação e na administração dos sacramentos. Quando estas pessoas ordenadas “oferecem a palavra de Cristo e os sacramentos, no-los oferecem como substitutos de Cristo e em seu lugar (Christi vice et loco)”, representando a pessoa de Cristo (repraesentant Christi personam).⁹ Este ministério não faz parte das “tradições humanas ou dos ritos e cerimônias instituídas pelos homens”, para as quais não seria necessário [non necesse est] que “fossem semelhantes em toda a parte” (CA VII). Bem ao contrário, CA V destaca claramente que

Para que alcancemos essa fê, foi instituído o ministério que ensina o evangelho e administra os sacramentos. Pois, mediante a palavra e

⁷ Há uma distinção entre características (*notae*) da Igreja invisível e as marcas (*notae externae*) da igreja visível, seguindo esta distinção comum da Reforma. Enquanto as quatro do Credo Niceno-Constantinopolitano seriam *notae*, as da CA e demais mencionadas por Lutero seriam *notae externae*. HÄRLE, Wilfried. Kirche VII. Dogmatisch. In: *Theologische Realenzyklopädie*. Vol. 18. Berlin: De Gruyter, 1989. p. 277-317, esp. p. 289-293; BRANDT, Hermann. Identidade luterana: ética, missão, diálogo das religiões. In: WACHHOLZ, Wilhelm (Org.). *Identidade Evangélico-Luterana e Ética: Anais do III Simpósio sobre Identidade Evangélico-Luterana*. São Leopoldo: EST, 2005. p. 45-67

⁸ Em *Dos concílios e da igreja* (1539), Lutero apresenta sete elementos, em *Contra Hans Worst* (1541) dez. Veja a listagem feita por BRANDT, 2005, p. 48s.: Em 1539: 1. Palavra de Deus, 2. batismo, 3. sacramento do altar, 4. chaves, 5. ministérios, 6. agradecimento e louvor públicos (credo, canto, oração), 7. santa cruz (perseguição, tribulação); em 1541: 1. Batismo, 2. sacramento do altar, 3. chaves, 4. ministério da pregação, 5. credo, 6. Pai-Nosso, 7. honrar o governo secular, 8. matrimônio, 9. perseguição, 10. “nada de vingança, mas intercessão pública pelos perseguidores”.

⁹ Apologia [da CA] 7,28, apud MEYER, Harding. Continuidade apostólica – ministério eclesiástico – sucessão apostólica. Problemas e possibilidades de entendimento ecumênico. In: *Diversidade reconciliada – o projeto ecumênico*. São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 174.

pelos sacramentos, como por instrumentos, é dado o Espírito Santo, que opera a fé, onde e quando agrada a Deus [ubi et quando visum est Deo] naqueles que ouvem o evangelho. Isto é, que Deus, não em virtude de méritos nossos, mas por causa de Cristo, justifica os que creem serem recebidos na graça por amor de Cristo. Gl 3; ‘a fim de que recebêssemos pela fé a promessa do Espírito’.

Condenam aos anabatistas e a outros que pensam vir o Espírito Santo aos homens sem a palavra externa, através de suas próprias preparações e obras.¹⁰

Portanto, o ministério ordenado enquanto tal pode ser considerado *iure divino*, instituído por Deus e não como mera invenção humana. Contudo, a forma concreta deste único ministério da pregação e da administração dos sacramentos pode variar.¹¹ Principal diferença entre as concepções luterana e católico-romano sobre o ministério é a visão funcional da primeira e sacramental-ontológica da segunda. A tradição luterana entende o ministério ordenado como função a partir da vocação (pessoal) e do chamamento da comunidade a partir do sacerdócio de todos os crentes, cujo fundamento é o batismo. Outrossim, o ministério luterano é único, embora possa haver ênfases, que, no caso do ministério com ordenação da IECLB, são quatro: pastoral, diaconal, catequético e missionário. A função episcopal é partilhada com um Conselho composto por ministros ordenados e por leigos, e é temporária. Após seu mandato, o Pastor Presidente e o Pastor Sinodal voltam a ser Pastores, entregando sua cruz peitoral ao sucessor ou à sucessora. Assim, a ordenação não tem caráter sacramental no sentido católico-romano, e existe apenas uma ordenação, não três com ampliação de poderes sacramentais como no caso católico-romano. O Concílio Vaticano II inistiu que “o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico ordenam-se um ao outro”, mas acrescenta “embora se diferenciem na essência e não apenas em grau” (*Lumen Gentium* 10), o que precisamente difere da compreensão luterana. Não é demais fazer constar que a compreensão do

¹⁰ Cf. MEYER, Harding. *Diversidade Reconciliada: o projeto ecumênico*. São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 160-163.

¹¹ Sobre a concepção luterana do ministério cf. DREHER, Martin N. A concepção luterana do ministério eclesiástico – alguns apontamentos. *Estudos Teológicos*. ano 23, n. 3, p. 231-248, 1983; DREHER, Luiz H. Algumas ideias sobre teologia do ministério. Especificidades luteranas na convergência ecumênica com a Igreja Católica-Romana. In: *Os Ministérios*. Seminário Bilateral Misto Católico Romano-Evangélico Luterano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 37-72.

ministério ordenado se coloca como principal entrave no ecumenismo, pois é nele que a respectiva eclesiologia fica concretamente evidente.

2 A IECLB como entidade confessional e ecumênica

Tendo em vista este estreito entrelaçamento entre Igreja e ecumenismo, é significativo que a IECLB, ao adotar a confessionalidade luterana na criação da Federação Sinodal que a precedeu (1949), se definiu como ecumênica e logo entrou na Federação Luterana Mundial e no Conselho Mundial de Igrejas. Até hoje é a Igreja Evangélica que mais participa em entidades e eventos ecumênicos no Brasil.

Este caráter tanto confessional quanto ecumênico da IECLB tem, entre outras, raízes históricas. Ela se desenvolveu como “união orgânica” *de facto*, chegando a compor-se entre imigrantes luteranos, unidos e reformados; portanto já nasce, internamente, ecumênica. Ainda que a maioria dos migrantes tenha sido de confessionalidade luterana, esta não prevaleceu de forma explícita ou obrigatória, criando sínodos de caráter mais unido. Isso se tornou visível também no amplo uso da liturgia prussiana, oriundo da Igreja unida da Prússia, criada em 1817 pelo então rei Frederico Guilherme III. Dos quatro sínodos que se formaram no final do século XIX, somente um era claramente luterano: o *Sínodo Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados*. Ao unirem-se, os sínodos adotaram a confessionalidade luterana pela Confissão de Augsburgo e o Catecismo Menor de Lutero, constituindo-se como confessional, mas não confessionalista, ou seja, nem de forma estreita, nem exclusiva. Sente-se identificada com a *Concórdia de Leuenberg* (1973), que estabelece comunhão eclesiástica entre as igrejas luteranas, reformadas e unidas em muitos países da Europa e alguns países da América Latina.¹² Embora por razões circunstanciais a IECLB não tenha chegado a assinar a Concórdia, se sente identificada com ela e a aplicou, por exemplo, no meu próprio caso.¹³

Essas duas faces da mesma moeda identitária foram vividas, de forma especial, por um dos principais arquitetos da Federação Sinodal,

¹² O texto em português está disponível em <<http://www.leuenberg.net/209-0-1>>, acesso em 4 fev. 2011.

¹³ Tendo sido ordenado, em 1994, na Igreja Evangélica-Reformada do Cantão de Basileia-Cidade, na Suíça, fui acolhido como ministro da IECLB em 2004, sem necessidade de nova ordenação ou outro procedimento exigente de transferência, assim demonstrando a comunhão existente entre a IECLB e a dita igreja reformada.

Ernesto Th. Schlieper (1909-1969), cujo centenário contemplamos no Simpósio sobre Identidade Luterana em 2009.¹⁴ Schlieper entendeu como fundamental para o ecumenismo a declaração do Papa Paulo VI no Concílio Vaticano II:

Aqui [em *I Jo* 1.10] foi dito qual devia ser a atitude natural entre cristãos e o que é a base de todo o esforço ecumênico pela unidade: não exigir primeiro dos outros que se arrependam, mas começar com o próprio arrependimento: não esperar que primeiro os outros se mudem, mas dar o primeiro passo com a própria disposição de mudar. [...] ¹⁵

Schlieper afirma, ainda: “A unificação se torna impossível se uma ou cada Igreja se considerar, em sentido exclusivo, a única verdadeira Igreja, exigindo das outras que aceitem todas as suas declarações dogmáticas sem diferenciação alguma”.¹⁶ De fato, aqui se encontra um nó: Poder dialogar pressupõe, no mínimo, a abertura para que se possa aprender algo do parceiro. Um exclusivismo absoluto não deixa espaço para diálogo.

3 Igreja Católica Apostólica Romana: do exclusivismo ao inclusivismo

Essencialmente, tinha sido esta última a postura da ICAR até o Concílio Vaticano II. O Concílio mudou esta posição para uma postura inclusiva, tanto em relação às “igrejas” e “comunidades eclesiais” cristãs, quanto às religiões não cristãs. Entre os textos-chave que o Concílio produziu, referente ao ecumenismo, cito dois: A constituição sobre a Igreja, *Lumen Gentium* (LG), de 21 de novembro de 1964, e o decreto sobre o ecumenismo, *Unitatis Redintegratio* (UR), ratificado

¹⁴ Cf. WACHHOLZ, Wilhelm (Org). *Igreja e ministério: perspectivas evangélico-luteranas*. São Leopoldo: Sinodal, 2009.

¹⁵ SCHLIEPER, Ernesto Th. A Reforma e a Unidade da Igreja: Discurso proferido a 29 de outubro de 1967 no Ato Comemorativo da Reforma em Porto Alegre. In: FISCHER, Joachim (Ed.). *Testemunho evangélico na América Latina: palestras e prédicas*. São Leopoldo: Sinodal, 1974. p. 33-39, p. 34s., apud WACHHOLZ, Wilhelm. Ernesto Theóphilo Schlieper (1909-1969). In: SINNER, Rudolf von; WOLFF, Elias; BOCK, Carlos Gilberto (Orgs.). *Vidas ecumênicas: testemunhas do ecumenismo no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Padre Reus, 2006. p. 71-84; p. 76s.

¹⁶ SCHLIEPER, 1974, p. 37s., apud WACHHOLZ, 2006, p. 78.

no mesmo dia.¹⁷ Na primeira, afirma-se que “a sociedade provida de órgãos hierárquicos e o corpo místico de Cristo, a assembleia visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja enriquecida de bens celestes não devem ser consideradas duas coisas, mas formam uma só realidade complexa em que se funde o elemento divino e humanos” (LG 4). Enquanto se nega uma separação do que, na tradição da Reforma, costuma ser chamado de igreja “visível” e “invisível” (ou abscondita, termo preferido por Lutero), admita-se que existe uma diferenciação. O texto ainda afirma que “Esta Igreja [única de Cristo, confessada como uma, santa, católica e apostólica], constituída e organizada neste mundo como uma sociedade, subsiste na Igreja Católica governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele”, afirmando que “fora de sua visível estrutura se encontrem vários elementos de santificação e verdade”. Embora, portanto, a ICAR em sua autocompreensão represente a mais perfeita forma visível da Igreja de Cristo, ela não é simplesmente idêntica com ela. Isso é indicado tanto pelo fato de que existem “elementos” da verdade fora da sua estrutura visível, quanto pelo fato de que a Igreja de Cristo “subsiste” na Católica Romana, o que é diferente de dizer que esta “é” a Igreja de Cristo. É nítido que a intenção dos padres conciliares era precisamente a abertura de uma janela para a existência da Igreja de Cristo fora dos limites da Católica Romana, pois trocaram o “é” da proposta para o “subsiste”. Sendo, assim, uma formulação bastante ampla e sujeita à interpretação, Leonardo Boff a leu no sentido de afirmar a possibilidade de a Igreja de Cristo poder subsistir também em outras igrejas. No entanto, na declaração *Dominus Iesus*, publicada pela Congregação para a Doutrina da Fé (o antigo Santo Ofício), esta interpretação é explicitamente rejeitada pelo Vaticano.¹⁸

O decreto sobre o ecumenismo esclarece quais os “elementos” que podem existir fora do âmbito da Igreja Católica Romana, ou seja, “a Palavra escrita de Deus, a vida da graça, a fé, a esperança, a caridade e

¹⁷ As citações destas e de outros textos do Concílio encontram-se no COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹⁸ “O Concílio... adotou a palavra ‘subsistit’ precisamente para esclarecer que existe uma só ‘subsistência’ da verdadeira Igreja, ao passo que fora da sua composição visível existem apenas ‘elementa Ecclesiae’, que – por serem elementos da própria Igreja – tendem e conduzem para a Igreja Católica.” CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração Dominus Iesus sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja* (6 de agosto de 2000). 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 31, nota 56.

outros dons interiores do Espírito Santo e elementos visíveis. Tudo isso, que provém de Cristo e a Cristo conduz, pertence por direito à única Igreja de Cristo” (UR 3). Os “outros” agora não são mais “dissidentes”, mas são “justificados pela fé no batismo” e, portanto, “incorporados a Cristo”, assim sendo “mercidamente reconhecidos pelos filhos da Igreja Católica como irmãos no Senhor”, mesmo que sejam “irmãos separados”. Embora as “Igrejas e Comunidades separadas... tenham deficiências”, não “estão destituídas de significação e importância no mistério da salvação”.

Vale ressaltar aqui que, nesses textos, é feita mais claramente uma diferença entre Igrejas ortodoxas orientais e Igrejas oriundas da Reforma, pois as “deficiências” que estas apresentam são diferentes. A principal “deficiência” das Igrejas ortodoxas orientais é a não aceitação do primado universal do Bispo de Roma enquanto sucessor de Pedro. Porém, são perfeitamente aceitáveis seus ministérios e sacramentos, nomeadamente a eucaristia, já que se encontram dentro da *sucessão apostólica* no sentido de uma corrente ininterrupta desde os apóstolos até hoje, um bispo passando a devida sagração para o outro pela imposição das mãos. As Igrejas orientais, mesmo que fora da comunhão com o sucessor de Pedro, são Igrejas propriamente ditas. No entanto, não se aceita a validade da ordenação e da eucaristia nas comunidades protestantes, que, portanto, nem podem ser chamadas de igrejas, mas de “comunidades eclesiais”. Esta terminologia já estava presente em UR, mas foi explicitada pela declaração *Dominus Iesus*, de 2000, a qual definira que “as Comunidades eclesiais... que não conservaram um válido episcopado e a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, não são Igrejas em sentido próprio”.¹⁹ Uma carta da Congregação pela Doutrina da Fé, intitulada *Respostas a questões relativas a alguns aspectos da doutrina sobre a Igreja*, de 29 de junho de 2007, mais uma vez não deixou dúvida de que “as comunidades cristãs nascidas da Reforma do século XVI [...] não podem, segundo a doutrina católica, ser chamadas ‘Igrejas’ em sentido próprio”.²⁰ Como razão, aqui somente se menciona a ausência da “sucessão apostólica no sacramento da Ordem”, sem referência à eucaristia.

¹⁹ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2000, p. 32.

²⁰ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Respostas a questões relativas a alguns aspectos da doutrina sobre a Igreja* (29 de junho de 2007). Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20070629_responsa-quaestiones_po.html>, acesso em: 20 jan. 2011.

Apesar de uma leitura oficial conservadora dos textos do Concílio – chegando a negar uma diferença entre “est” e “subsistit in” em LG 8 – foi uma mudança de postura muito significativa. Foi um passo muito grande na época, sem o qual não estaríamos no diálogo ecumênico em que estamos hoje. Mais se enche de tristeza quem enxergue o confessionalismo exclusivista que está reinando no Brasil atualmente, em tantas Igrejas, mas não na Católica.

4 O batismo como base da comunhão ecumênica

Em seu guia de vida comunitária em fé e ação, *Nossa Fé, Nossa Vida*, a IECLB se define da seguinte forma: “É o *convívio* de pessoas por ela *batizadas* ou *admitidas*, diferentes umas das outras, todas elas, no entanto, chamadas para viver seu Batismo. Nesse Batismo, Deus dignifica-nos para sermos membros de seu povo, pela obra salvadora de seu Filho”.²¹ É central, portanto, a importância do batismo. Ao mesmo tempo reflete o fato de que o batismo não é de sua posse, mas também acontece em outras Igrejas. Menciona, explicitamente, a possibilidade de uma pessoa já batizada ser nela admitida, sem novo batismo. Isso corresponde ao acordo firmado já em 1979 entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) e a IECLB. Este reza que “as Igrejas [...] aceitam o Batismo como vínculo básico da unidade que nos é dada pela fé, no mesmo Senhor. [...] Excluem a possibilidade de rebatismo, em caso de passagem de membros de uma Igreja para outra”. O ato de reconhecimento, celebrado pelas Igrejas-membro do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), retoma este acordo, reafirmando o batismo como vínculo básico da unidade. Indica, outrossim, que a partir desta base é possível caminhar adiante:

7. O Sacramento do Batismo, pela sua própria natureza, habilita e tende à comunhão plena no Corpo de Cristo, sua Igreja, particularmente à comunhão eucarística. Assumimos, portanto, o compromisso de trabalhar para superar as dificuldades que não nos permitem hoje manifestar uma plena comunhão entre nossas Igrejas. Empenhamo-nos, particularmente, para superar as barreiras

²¹ IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. *Nossa fé, nossa vida*.

que impedem a profissão da mesma fé na Eucaristia, como plenitude da vivência do Batismo que nos incorpora a Cristo e à sua Igreja.²²

Já no decreto UR, o batismo foi tido como base da “certa [...] embora não perfeita” comunhão:

Pois os que creem em Cristo e foram validamente batizados, estão numa certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja católica [*in quadam cum Ecclesia catholica communionem, etsi non perfectam*]. [...] justificados no batismo pela fé, são incorporados a Cristo e, por isso, com direito se honram [*iure decorantur*] com o nome de cristãos, sendo justamente reconhecidos [*merito agnoscuntur*] pelos filhos da Igreja católica como irmãos no Senhor.²³

A declaração da IX Assembleia do CMI, em Porto Alegre, 2006, também parte do batismo como passo a caminho da plena comunhão eclesial:

O batismo confere às igrejas a liberdade e a responsabilidade para avançar até a proclamação comum da Palavra, a confissão da única fé, a celebração de uma eucaristia e a compartilhar pleno de um ministério. [...]

Na graça de Deus, o batismo manifesta a realidade de que *pertencemos umas às outras* ainda que algumas igrejas não possam reconhecer as outras como Igreja no sentido pleno da palavra.

O estudo sobre a *Natureza e a Missão da Igreja* reforça e amplia este enfoque:

Unicamente pela dádiva divina da graça, através de Jesus Cristo, é possível existir comunhão profunda e duradoura. Pela fé e pelo Batismo, as pessoas participam do mistério da morte, sepultamento

²² O texto existe apenas em espanhol: Llamados a ser una sola iglesia. Una invitación a las Iglesias a que renueven su compromiso de buscar la unidad y de profundizar su diálogo, disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/asamblea-del-cmi/porto-alegre-2006/1-declaraciones-documentos-aprobados/unidad-cristiana-y-mensaje-a-las-iglesias/llamadas-a-ser-la-iglesia-una-tal-como-fue-aprobado.html>>, acesso em: 03 fev. 2011.

²³ UR 3. DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e de moral*. 40. ed. Trad. e ed. José Marino Luz e Johan Konings. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2007. n° 4188.

e ressurreição de Cristo (cf. *Fp* 3.10s.). Unidas a Cristo através do Espírito Santo, elas são também unidas a todos os que estão ‘em Cristo’: elas pertencem à comunhão, à nova comunidade do Senhor ressurreto. Por ser participação no Cristo crucificado e ressuscitado, *koinonia* também faz parte da missão da Igreja de compartilhar das dores e esperanças da humanidade.²⁴

Nem todas as Igrejas têm a mesma facilidade de aceitar outras Igrejas como pares. A comunhão parcial reconhecida em UR pela ICAR não é, em princípio, aceitável às Igrejas ortodoxas. Mas também para elas funciona, por assim dizer, o batismo como “espinho na carne”: não tem como taxar e tratar pessoas batizadas querendo seguir o Cristo como se fossem pessoas pagãs. Portanto, é a partir do batismo que é possível construir pontes, embora tenham tamanhos diferentes entre as diferentes e divergentes Igrejas parceiras. Na Rússia, onde qualquer tentativa de missão de outra igreja é taxada, pela Igreja Ortodoxa Russa, como proselitismo a ser combatido – sejam quais forem os meios utilizados – houve também sacerdotes apoiando determinadas campanhas missionárias de outras Igrejas, reconhecendo que, apesar das muitas deficiências da teologia protestante, a pregação de Jesus Cristo e a distribuição de bíblias poderia ser útil.²⁵

Conclusão — Eclesiologia ecumênica: algumas teses

Confesso que, apesar de a eclesiologia e de o ecumenismo não serem de toda novidade para mim, não é fácil formular o que poderia e deveria constituir uma eclesiologia propriamente ecumênica. Será que ela é possível diante de eclesiologias mutuamente excludentes? Isso valeria especialmente para, por um lado, as eclesiologias de cunho sacramental (católica romana e ortodoxa), centradas no bispo consagrado na sucessão apostólica como quem garante a presença plena do sacramento eucarístico no meio da comunidade, tendo tanto a Igreja, quanto o ministro status ontológico diferenciado dos demais fiéis. Por

²⁴ COMISSÃO DE FÉ E ORDEM. *A natureza e a missão da Igreja*: um passo rumo a uma declaração conjunta. Trad. Nelson Kilpp. São Leopoldo: Sinodal, 2009. parágrafo 31.

²⁵ Cf. WOEHRLEN, Doris. Miteinander im gleichen Schiff. In vierzig Tagen 4000 Kilometer der Lebensader Russlands entlang. *Glaube in der 2. Welt*, Zürich, ano 21, n. 1, p. 27-31, 1993, à p. 29. Agradeço ao colega Prof. Dr. Erich Bryner por essa indicação.

outro lado, se situariam as eclesiologias a partir, principalmente, da Reforma do século XVI, baseadas mais na Igreja como congregação de crentes pensada a partir destes do que como entidade própria, mais funcional do que ontológica.²⁶

Contudo, levando em conta a centralidade do batismo acima destacada, não estamos em estaca zero. Depende, como se vê, o copo com metade dele preenchida por água. Para alguns ele está meio cheio, sendo que o batismo já providencia certa comunhão eclesiástica e evita-se, hoje, em muitos casos, sua repetição. Para outros ele aparece meio vazio, sendo que esta comunhão no batismo ainda não conduziu à comunhão eucarística. A ceia do senhor, em cuja celebração mais visivelmente os cristãos aperecem como *fratres seiuncti*, provoca dor, mas também apetite pela unidade, dando origem a soluções criativas, generosas e hospitaleiras. Relato uma: Num evento ecumênico participei de uma missa católica. Não sabendo da posição do celebrante principal em relação a mim como protestante, fiquei aguardando calmamente na hora da distribuição. O co-celebrante, que me conhecia há mais tempo, aproximou-se sem hesitar, segurou a patena com as hóstias entre nós e me abençoou com um sinal da cruz na minha testa e uma palavra de bênção. Em seguida, pediu que eu fizesse o mesmo. Encontrou uma forma criativa de partilha, reconhecendo minha presença e fé, bem como meu status de ministro ordenado conforme os preceitos da minha Igreja, pois pediu uma bênção minha em troca da dele. Em vez de constrangimento, alegria. Copo de água meio cheio. Não totalmente cheio, é claro. Mas meio cheio.

Não cheguei ainda a uma proposta tão elaborada quanto do colega Elias Wolff.²⁷ Contudo, gostaria de oferecer, neste momento, ao menos uns elementos de uma eclesiologia ecumênica como a vislumbro, sob forma de teses. Mantenho o seguinte pressuposto: O que define a igreja, define o ecumenismo. O ecumenismo, portanto, não é nada adicional ao ser da Igreja, mas parte intrínseca dele. E o batismo, visivelmente inserindo o batizando no corpo de Cristo, é a base de qualquer eclesiologia ecumênica, servindo, no mínimo, como “espinha na carne” neste caminho.²⁸

²⁶ Cf. SINNER, 2006, p. 606-611.

²⁷ WOLFF, 2007; também seu texto nesta revista.

²⁸ Sobre o que segue, veja também SINNER, Rudolf von. A dimensão pública da igreja. In: WACHHOLZ, Wilhelm (Org.). *Igreja e ministério: perspectivas evangélico-luteranas*. São Leopoldo: Sinodal, 2009; *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

A seguir, ofereço estas teses para discussão, iniciais que são:

1. Ser Igreja é saber-se devedora de Deus, quem dá a dádiva da graça, da fé, da justificação pelo Verbo, testemunhado na Escritura e efetivada pelo Espírito Santo. Ela é, portanto, *creatura verbi et spiritus*.
2. Ser Igreja é saber-se participadora da comunhão com Deus Trindade, oferecida e possibilitada por Este.
3. Ser Igreja é saber-se realidade escatológica, antecipação sempre incompleta e imperfeita do Reino que há de vir.
4. Ser Igreja é saber-se em comunhão com outros que estão no mesmo caminho, bucando viver sua fé a partir do batismo e fortalecida pela ceia do Senhor.
5. Ser Igreja é saber-se inserida na história, em toda a sua ambiguidade.
6. Ser Igreja é procurar estar presente no espaço pública pela proclamação (*kerygma*), o testemunho (*martyria*), o serviço (*diaconia*) e o culto (*leitourgia*), com ousadia (*parresia*) e humildade (*kenosis*).
7. Não há Igreja sem fé no Cristo como revelador do Deus triúno, nem sem voltar, sempre de novo, ao Evangelho.
8. É preciso construir laços de confiança e de comunhão a partir do respeito, do ouvir, do aprender, do questionar, sem imediatamente julgar.
9. A confiança em Deus é que possibilita renovado ânimo para buscar dar expressão concreta à comunhão e à unidade.
10. A partir da vivência no diálogo, é possível refletir em conjunto sobre a natureza e a missão da Igreja, sem deixar de perguntar-se pela pertinência da própria definição.
11. Tais reflexões, baseadas na escritura em sua tradição – não numa tradição à parte da escritura –, bem como nos desafios da contemporaneidade, permitem uma maior permeabilidade entre eclesiologias, a princípio mutuamente exclusivas.
12. A cooperação pelo bem comum concretiza os laços na união, no serviço e no testemunho diante do mundo (“para que o mundo creia”, *Jo 17.21*).

Recebido em: 25/02/2011.

Avaliado em: 14/03/2011.